

246

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0034152-4/01

VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARAJI

AGRAVANTE: MANUEL MOISES DE MOURA

AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S.A

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM RECURSO DE APELAÇÃO. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. SÚMULA 93 E 16 DO STJ. Lei 4.829/65 e no Decreto lei 167/67. SENTENÇA TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS.

Capitalização mensal dos juros (Súmula nº 93 do STJ, Decreto-lei 167/67, art. 5º, caput e precedentes desta Corte e do STJ).

2. Súmula nº 93 do STJ- "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros".

3. CORREÇÃO MONETÁRIA

Não há prova nos autos de que tenha havido a qualquer irregularidade no cômputo da correção monetária do débito.

4. Súmula nº 16 do STJ- "A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária"

5. Decisão monocrática mantida.

6. Negado provimento ao agravo por unanimidade.

*Amaraji
5499*

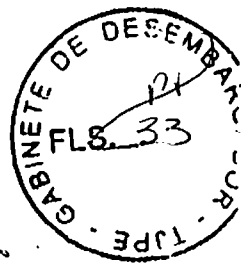
ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO nº 0034152-4/01, em que é recorrente **Manuel Moises de Moura** e recorrido o **Banco do Brasil S.A.**, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, quanto ao mérito, à unanimidade, em dar



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



246-A

improvemento ao agravo, estando tudo de acordo com as notas taquigráficas, votos e demais peças processuais que passam a integrar este julgado.

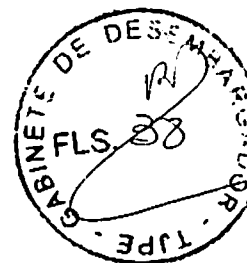
Recife, 07 de Janeiro de 2010


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0034152-4/01

VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARAJI

AGRAVANTE: MANUEL MOISES DE MOURA

AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S.A

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO

Manuel Moisés de Moura agravou contra decisão monocrática proferida por esta relatoria que em sede de apelação manteve a decisão proferida em 1º grau. A discussão travada foi posta em sede de embargos à execução, os quais foram manejados pelo ora agravante, sendo a insurgência contra a cobrança de correção monetária no crédito rural.

Repropõe o agravante a alegação de ilegalidade da incidência de correção monetária em contrato de financiamento rural e insurge-se quanto a taxa referencial. Pugna o recorrente para que sejam os autos levados à apreciação desta câmara e que seja dado provimento ao pedido de reforma da decisão monocrática, objeto do presente agravo. Requer os benefícios da assistência judiciária gratuita.

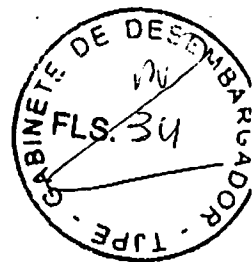
É o relatório, no essencial.

Recife, 07 de Janeiro de 2010


Des. Josué Antônio Fonseca De Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0034152-4/01

VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARAJI

AGRAVANTE: MANUEL MOISES DE MOURA

AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S.A

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

VOTO DE MÉRITO

A lide tem como suporte o fato de que as partes celebraram um financiamento rural, e, diante da impontualidade no pagamento do débito, o Banco/agravado promoveu a execução no tocante aos valores que se encontravam em aberto.

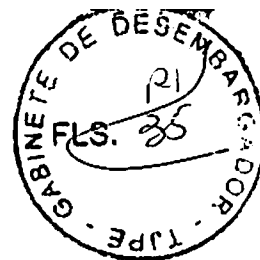
No presente recurso, tenta-se ressuscitar questões já enfrentadas no Apelo nº 0034152-4, ou seja, sustenta o agravante a ilegalidade da correção monetária no crédito rural, na forma da Lei 4829/65 e do Decreto lei 167/67. Neste sentido, afirma que a manutenção da correção implica numa onerosidade no patrimônio do devedor, registrando um excesso na execução que está embasada em sua cobrança.

O juízo de 1º grau, nos autos dos Embargos à Execução, proposto pelo ora agravante, julgou improcedente os pedidos entendendo ser legal a correção monetária no crédito rural.

De plano deixo de apreciar o pedido de assistência judiciária gratuita em virtude da incidência do disposto na Súmula nº 43, desta Egrégia Corte de Justiça a qual preceitua:

Súmula 43- É dispensável o preparo do recurso de agravo previsto no artigo 557, §1º do CPC.

Adianto que não prospera a pretensão recursal haja vista que a eminente juíza de 1º grau analisou os dispositivos previstos na Lei 4.829/65 e no Decreto lei 167/67 proferindo decisão lastreado em precedentes e Súmula da Corte Superior de Justiça. Salienta a douta magistrada a inexistência de ilegalidade na cobrança da correção monetária nos créditos rurais, sendo justo e legal o aparelho usado para atualizar a moeda envelhecida pela inflação.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

249

Destarte, não merece ser acolhida a alegação de excesso de execução fundada em suposta capitalização mensal da correção monetária.

Ressalte-se, novamente, os entendimentos consagrados nas Súmulas nº 16 e 93 do STJ que dizem textualmente o seguinte:

Súmula nº 16- "A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária"

Súmula nº 93- "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros".

O entendimento prevalecente na Corte Superior é no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito industrial, comercial e rural, desde que expressamente pactuada (Enunciado nº 93/STJ), o que se verifica no caso concreto (pelo método hambuguês), de acordo com o apurado pelas instâncias ordinárias. Por este motivo, estou em manter a douda sentença e admitir a capitalização mensal dos juros, uma vez que pactuada pelas partes. Neste diapasão colaciono os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. PACTUAÇÃO NÃO EVIDENCIADA. RECURSO INFUNDADO.

APLICAÇÃO DE MULTA.

– A capitalização mensal dos juros nas cédulas de crédito industrial tem sido admitida por este Tribunal, desde que convencionada de forma expressa (Súmula n. 93).

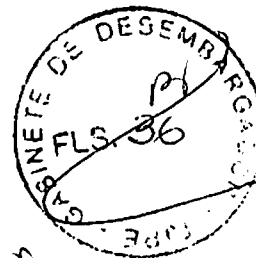
– Restando não demonstrada a contratação expressa de capitalização mensal, incabível a sua cobrança.

Agravo regimental improvido, com imposição de multa.

nº 08



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



249-A

(AgRg no REsp 418.953/PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 14.02.2006, DJ 24.04.2006 p. 401)

Inclusive, consigno que não há prova nos autos de que tenha havido a qualquer irregularidade no cômputo da correção monetária do débito e quanto a legitimidade da cobrança de correção monetária esta relatoria tem acompanhado a jurisprudência do STJ, in verbis abaixo colacionada:

CIVIL E PROCESSUAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. AÇÃO CONSIGNATÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE PELO STJ. AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA AFASTADA. SÚMULA N. 106-STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA N. 16-STJ. INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA. AUSÊNCIA DE AFRONTA A LITERAL DISPOSIÇÃO LEGAL. SÚMULA N. 343-STF.

I. "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" - Súmula n. 106-STJ.

II. A desconstituição de acórdão pela via rescisória demanda a impugnação, objetiva, a todos os fundamentos da decisão, não cabendo à parte, sem o fazer, meramente indicar outras normas que entenda mais pertinentes à solução da controvérsia primitiva.

III. "A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária" - Súmula n. 16-STJ.

IV. "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais" - Súmula n. 343-STF.

V. Ação rescisória improcedente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



250

(AR .370/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.06.2005, DJ 22.08.2005 p. 124)

É legal pois a correção monetária pactuada.

Conforme ressaltado em decisão monocrática, proferida por esta relatoria, restou incontroversa a falta de pagamento integral do valor do financiamento, o que remeteria a um indiscutível saldo devedor, passível de cobrança judicial. A memória de cálculo que lastreou a execução não se apresentou excessiva a ponto de implicar qualquer intervenção judicial e sobre o principal foi inclusa a correção monetária e juros de mora não se configurando a incidência de qualquer anatocismo.

Pelo exposto, declaro ser manifestamente improcedente o recurso de agravo.

É o voto.

Recife, 07 de fevereiro de 2010


Des. Josué Antônio Fonseca De Sena
Relator